



SANTA CASA
Misericórdia do Bom
Jesus de Matosinhos



Misericórdia de Matosinhos

Relatório de atividades

2018

Relatório de Atividades, do Balanço,
Contas e Parecer do Definitório

ÍNDICE

ORGÃOS SOCIAIS	3
MENSAGEM DO PROVIDOR	4
ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS	5
Assembleia Geral	5
Mesa Administrativa	5
Definitório	5
RECURSOS HUMANOS	5
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	6
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	6
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	7
Internato N ^a . Sr ^a . da Conceição	7
ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO	8
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	9
Capela Mortuária	10
ÁREA OPERACIONAL SAÚDE	10
Unidade de diagnóstico e tratamento	10
RESULTADO DE 2018	10
NOTAS FINAIS	10

ORGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais, em 2016, foram eleitos pelos Irmãos para o Quadriénio 2017/2020.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**

Dra. Maria Alice de Jesus Lima – **Vice-Presidente**

Dr. Celestino Alves Vieira - **Secretário**

Maria Filomena Leite S. M. Galante - **Secretário**

Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**

Arq. José António Vidal Afonso Barbosa – **Substituto**

Dr. Carlos Manuel de S. de Lima Fernandes – **Substituto**

Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo – **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**

Armando Fernandes Mesquita - **Vice-Provedor**

Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Tesoureiro**

Dra. Maria do Rosário M. B. Marques Lóio - **Mesário**

Alberto Pereira Morgado - **Mesário**

Dra. Clárisse do Céu Sousa – **Mesária**

Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto - **Mesário**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**

Dr. José Carlos Pereira Monteiro – **Vice-Presidente**

Prof. António Azevedo Cunha e Silva - **Secretário**

Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Substituta**

Dra. Helena Cristina Sousa Pinto - **Substituta**

Manuel da Costa Lima – **Substituto**

950
Irmãos

51 admissões
3 desistências
4 falecimentos

MENSAGEM DO PROVEDOR

Caras Irmãs e caros Irmãos:

Mais uma vez, em nome da Mesa Administrativa, venho apresentar o Relatório e Contas de 2018, de acordo com o Compromisso e com a Lei.

Procurámos cingir a nossa missão à prática das 14 Obras de Misericórdia e atentos ao alerta do Papa Francisco que referiu que o cuidado com o Ambiente deve ser visto como uma “nova obra de misericórdia”. Continuámos a garantir a nossa ação com vista a levar a efeito os princípios da Misericórdia que nos norteiam, agora e sempre.

É imperioso atenuar as desigualdades sociais, criando lugares de participação coletiva e de aproximação entre o todo social, e no reforço da sua coesão que os nossos serviços perseguem.

Procuramos, ano após ano, aumentar as competências dos nossos trabalhadores e utentes do ponto de vista da segurança das pessoas e bens, nomeadamente através da prática de treino em simulacros contra incêndio.

Juntos somos mais fortes e estamos atentos à mudança dos tempos. Com uma Misericórdia mais coesa e mais robusta, vemos o futuro com mais otimismo.

O equilíbrio económico e financeiro da Misericórdia, criando condições para a sua sustentabilidade no futuro é, também, uma das nossas preocupações. Sem esta sustentabilidade, não é possível, de forma estável, cumprir a nossa missão.

Por último, não podemos terminar esta apresentação sem deixar de agradecer a todos quantos contribuíram para a realização da nossa atividade. Cabem aqui, de forma genérica, mas sem sermos exaustivos, os trabalhadores, independentemente do seu vínculo, as entidades oficiais com quem existem relações institucionais, outras Misericórdias ou IPSS's, fornecedores, bancos, entidades que nos têm doado bens ou equipamentos e, naturalmente, os Irmãos da nossa Irmandade.

ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu em Assembleia Geral Ordinária nos meses de março e novembro, respetivamente, para análise, discussão e votação do “Relatório e Conta de Gerência respeitante ao exercício do ano 2017 e do “Parecer do Definitório”; análise, discussão e votação do “Plano de atividades e Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos” para o ano de 2019, bem como o “Parecer do Definitório” relativo àqueles documentos.

Mesa Administrativa

No ano de 2018, a Mesa Administrativa reuniu em 18 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2018 desligaram-se do serviço nove trabalhadoras: três por reforma, três por acordo de revogação do contrato de trabalho, dois por denúncia do contrato de trabalho e uma por reforma por invalidez

Temos hoje 129 funcionários e 1 estagiário do CEFPI, estágio este que terminará em abril de 2019.

Mantêm-se as políticas de desenvolver serviços para ocupação integral de todos os trabalhadores.



Ano	N.º colaboradores
2016	139
2017	136
2018	129

RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Durante o ano de 2018 substituiu-se o telhado da “Casa dos Rapazes” em Leça da Palmeira, iniciou-se, também, a substituição do telhado da Casa da Rua D. João IV, na cidade do Porto, obra esta que só foi concluída em 2019.

Continuamos com esta, política de recuperação do nosso património, tendo sempre em atenção os imóveis que se encontram mais degradados.

ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

O ano letivo 2017/2018 decorreu com normalidade, tendo-se realizado as ações letivas, atividades e comemorações habituais.

Relativamente ao “Paraíso”, dado a Segurança Social não ter aprovado o projeto do edifício, com vista à obtenção da licença de utilização da Câmara Municipal, houve que proceder a uma reanálise profunda de toda a situação.

Está em elaboração o respetivo projeto que, se vier a ser aprovado, prevê o aumento da capacidade de creche para o dobro (de 42 para 84 crianças dos 0 aos 2 anos) e a redução do pré-escolar de 120 para 75 crianças (dos 3 aos 5 anos).

É de salientar que, dada a oferta pública em pré-escolar da Escola Pública, a procura deste tipo de resposta tem diminuído muito, nunca se conseguindo ter as referidas 120 crianças.

Por outro lado, na suposta creche, a lista de espera tem sido de quase de 100 crianças.

O Centro Infantil de Matosinhos necessita de grandes obras de adaptação e atualização que a Segurança Social, dona do edifício, não efetua, e que a Misericórdia também não tem possibilidades de efetuar. Têm sido efetuadas obras e reparações imprescindíveis para que este infantário possa continuar a dar a resposta social às crianças que o frequentam.

Quanto ao infantário da “Biquinha”, encontra-se a correr um programa que vinha possibilitar o aumento da capacidade da resposta do pré-escolar de 50 para 60 crianças e a conseqüente abertura da terceira sala, aproveitando-se, assim, a capacidade do edifício.



Durante o ano de 2018 foi reunida numa só cozinha, a cozinha do Centro Infantil de Matosinhos (CIM), a confeção das refeições para todas as crianças dos três infantários. Antes desta reunião, foram efetuadas obras na cozinha do CIM para a adequar a esta nova realidade. A distribuição das refeições pelos outros dois infantários é efetuada em viatura própria e devidamente acondicionada em utensílios próprios.

Esta medida permitiu racionalizar os meios e trazer algumas economias.

ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Internato N.ª. Sr.ª. da Conceição

É o mais antigo estabelecimento da Misericórdia. Criado em 1896, tem como objetivo principal acolher crianças/jovens do sexo feminino, afetadas por múltiplas situações de carência, oriundas de famílias onde normalmente impera a exclusão social e que, com maior ou menor grau, se situam nos patamares mais baixos da nossa estrutura social, quase sempre dependentes da atribuição de subsídios. Neste estabelecimento pretende-se corrigir este drama social proporcionando às utentes nele internadas um ambiente acolhedor, com acompanhamento individualizado, tendo como objetivo final o seu desenvolvimento afetivo, ajudando-as a perspetivar o seu projeto de vida.

A ação educativa desenvolvida no Internato é balizada por objetivos específicos e gerais, uns e outros têm como meta potenciar o desenvolvimento global de cada criança/jovem, dotando-a dos instrumentos necessários para num futuro mais ou menos próximo ser capaz de enfrentar o retorno à vida em sociedade.

Após a admissão de cada criança, qual o projeto de vida que se configura possível e adequado àquela situação e a partir daí manter uma intervenção pedagógica coordenada entre os diversos agentes educativos, centrada nas necessidades de desenvolvimento de cada uma.

O desenrolar destas ações e omissões há muito que deixaram de ser unicamente da responsabilidade de cada Instituição, passando agora e cada vez mais a existir mecanismos de acompanhamento técnico e de controlo externos.

Em 2012 o Governo criou um novo plano, SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), de âmbito nacional, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que

no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização.

Estas políticas públicas têm levado a que este estabelecimento tenha tido uma procura muito inferior à sua capacidade, tendo ao longo de 2018 uma ocupação, durante 10 meses, inferior a 60%, o que teve grande significado nos subsídios recebidos.

Há que repensar todo este estabelecimento e, possivelmente, reduzir a sua capacidade, atualizar as instalações e afetar a parte das instalações que venha a ficar livre a outra atividade.

Centro de Dia

Ao longo de 2018 verificou-se um aumento de procura por parte das famílias, tendo a ocupação sido superior aos anos anteriores.

Este aumento de utentes obrigou a que se aumentasse de uma para duas as carrinhas de transporte dos idosos.

Estamos convencidos que esta procura se manterá e que, a curto prazo, se venha a atingir a capacidade máxima de 40 utentes.

Apoio Domiciliário

Em 2018 deu-se, finalmente, início a este serviço, muito embora apenas direcionado a Irmãos da nossa Misericórdia.

O seu desenvolvimento levará a que se promova a legalização para outros utentes junto da Segurança Social.

Trata-se de um serviço importante tendo em consideração o grande aumento da esperança de vida da população e sendo certo que os Lares de Terceira Idade estão muito longe de nos reportar a este problema social.

É também importante que as pessoas idosas que tenham condições, se mantenham nas suas próprias habitações.

ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

A Mesa Administrativa procurou honrar uma tradição, associando-se e tomando parte nas mais importantes solenidades religiosas que se realizam em Matosinhos. Destacamos as festividades em honra do Bom Jesus de Matosinhos, que tiveram lugar no dia 06 de junho, e que decorreram com o brilho e elevação que tais solenidades requerem.

A Eucaristia Solene foi presidida por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. António Azevedo, Bispo Auxiliar do Porto.

Também foi com muito agrado que a Mesa Administrativa se incorporou na Procissão do Senhor de Matosinhos até ao Monumento do Senhor do Padrão, que ocorreu no dia 04 de junho de 2017.

Finalmente, como se prevê no nosso Compromisso, foi celebrada uma Missa por Alma dos Irmãos falecidos.

A Mesa Administrativa participou igualmente nas procissões do Senhor dos Passos, da N.ª Sr.ª de Fátima em Lavra (75anos), do Senhor de Matosinhos, do Mártir de S. Sebastião e da N.ª Sr.ª da Saúde em Santa Cruz do Bispo.

Museu

O projeto de reformulação e atualização do Museu, depois de ter sofrido alguns atrasos, está praticamente pronto para ser discutido e aprovado na Mesa Administrativa e, de seguida, aprovado em Assembleia-Geral.

Durante o ano de 2018 realizaram-se inúmeras visitas guiadas que foram conduzidas pela Dra.ª Rita Pedras e/ou pela D.ª Graça Fernandes.

De 11 de maio a 3 de junho esteve patente, no salão nobre, uma exposição de vários quadros de índole religioso da autoria do Prof. Alfredo Barros, obras estas que foram cedidas pelo Sr. Padre Matias.

O mestre Oleiro de Barcelos, João Ferreira, com o título de “A Arte Sacra em Olaria de Barcelos” expôs várias peças da sua autoria.

A exposição dos presépios e registos religiosos, da autoria dos artesões Eugenia Silva e Paulo Oliveira, decorreu entre 2 de novembro e 7 de janeiro.

Durante o ano de 2018 foram proferidos várias conferências e apresentados vários livros de autores matosinhenses.

Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Em 2018 procedeu-se à inauguração deste Arquivo, estando o seu espólio disponível para estudo dos investigadores.

Há ainda muito trabalho a efetuar com a catalogação e restauro de documentos.

Este Arquivo está enriquecido com a cedência, pelo Prof. Cunha e Silva do seu acervo documental e artístico referente ao Martir São Sebastião.



Capela Mortuária

As capelas mortuárias foram dadas de arrendamento, continuando, contudo, a prestar o correspondente serviço à população de Matosinhos.

O arrendatário procedeu à sua atualização e revalorização, tendo hoje melhores condições do que no passado.

Com esta medida de, pôs-se fim ao prejuízo económico destas capelas ao longo dos anos, evitou-se que fosse a Misericórdia a suportar os custos da sua necessária recuperação, e tem-se hoje algum rendimento para aplicar nas restantes atividades.

ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

Unidade de diagnóstico e tratamento

Esta Unidade continua a estar no centro das nossas preocupações e continuamos a tomar medidas contundentes, numa primeira fase, a que deixe de dar prejuízo, para, numa segunda fase, dar um resultado positivo com vista a apoiar as restantes atividades da Misericórdia.

Em 2018 o resultado negativo foi de 55.049,05€, havendo que tomar atenção que foram considerados como custo amortizações no valor de 41.288,25€, o que traz o resultado negativo para 13.760,80€.

Estamos convencidos que 2019 trará melhores resultados.

RESULTADO DE 2018

Para 2018 foi orçamentado um resultado negativo de 108.037,09€.

Devido a uma gestão rigorosa conseguiu-se obter um resultado positivo de 36.579,55€.

Há, contudo, muito a fazer para conseguir a sustentabilidade da nossa Misericórdia.

Contamos que, durante o ano de 2019, tudo melhore.

Para isso, contamos com o apoio e colaboração de todos os Irmãos.

Onde todos ajudam a colaborar, tudo se torna menos difícil.

NOTAS FINAIS

A Mesa Administrativa agradece a todas as Entidades que durante o ano de 2018 colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos.

Aos trabalhadores e voluntários o nosso profundo reconhecimento pelo esforço e dedicação no cumprimento das diretrizes traçadas e que permitiram atingir os resultados alcançados.

Este documento foi aprovado, por unanimidade dos presentes, na Reunião de Mesa Administrativa de 19 de março de 2019.

Matosinhos, 20 de março de 2019

o provedor



Luís Manuel Figueiredo Branco

ÍNDICE MAPAS DE CONTAS DE 2018

1 – Balanço em 31 de dezembro de 2018

2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2018

3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

4 – Fluxos de caixa

5 – Anexo às demonstrações financeiras

6 – Resultados por valências e outras atividades

7 – Parecer do revisor oficial de contas

8 – Parecer do Definitório

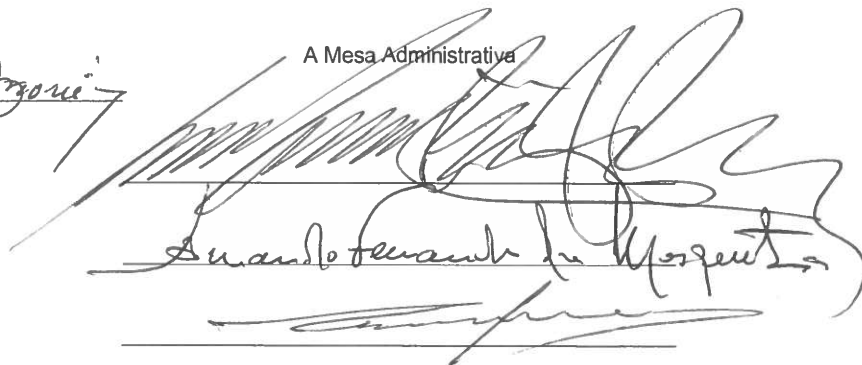
1 – Balanço em 31 de dezembro de 2018

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	2.786.707,53	2.774.652,48
Investimentos financeiros		2.163,57	6.373,11
Outros créditos e activos não correntes		2.100,84	1.520,98
		2.790.971,94	2.782.546,57
Activo corrente			
Inventários	8	24.718,58	24.197,28
Créditos a receber	13	131.322,56	103.014,61
Estado e outros entes públicos	14.1	339,63	335,66
Outros ativos correntes	13	207.116,33	212.681,61
Diferimentos	13	10.766,70	5.618,79
Caixa e depósitos bancários	4	324.913,35	486.375,41
		699.177,15	832.223,36
Total do Activo		3.490.149,09	3.614.769,93
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57.379,22	57.379,22
Reservas		275.475,52	275.475,52
Resultados transitados		2.132.999,33	2.024.762,93
		2.465.854,07	2.357.617,67
Resultado líquido do período		36.579,55	108.236,40
		2.502.433,62	2.465.854,07
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	34.616,45	10.000,00
Financiamentos obtidos	14.6	269.218,90	355.804,14
		303.835,35	365.804,14
Passivo corrente			
Fornecedores	13	65.781,34	66.077,88
Estado e outros entes públicos	14.1	94.873,69	97.694,99
Financiamentos obtidos	14.6	86.126,00	104.258,60
Outros passivos correntes	13	437.099,09	515.080,25
		683.880,12	783.111,72
Total do Passivo		987.715,47	1.148.915,86
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		3.490.149,09	3.614.769,93

O contabilista certificado



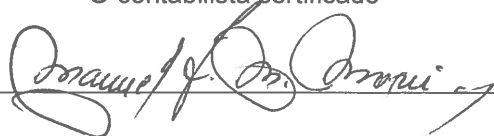
A Mesa Administrativa



2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2018

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	14.2	610.529,57	624.236,80
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	1.429.819,91	1.506.077,65
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-125.812,38	-127.650,00
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-320.139,26	-319.994,40
Gastos com o pessoal	13.3	-2.081.656,43	-2.116.003,56
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	13.2	-17.651,68	-15.198,86
Provisões (reversões)	10.1	-24.616,45	52.125,00
Outros rendimentos e ganhos	14.5	676.294,58	626.924,15
Outros gastos e perdas	14.4	-46.010,25	-65.273,52
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		100.757,61	165.243,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.2	-63.684,49	-56.057,48
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		37.073,12	109.185,78
Juros e rendimentos similares obtidos	9.2	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.6	-493,57	-949,38
Resultado antes de impostos		36.579,55	108.236,40
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		36.579,55	108.236,40


O contabilista certificado



A Mesa Administrativa



3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios



DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	57.379,22	275.475,52	2.298.477,61	-273.714,68	2.357.617,67	2.357.617,67
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	-273.714,68	273.714,68	0,00	0,00
Resultado líquido do período			0,00	108.236,40	108.236,40	108.236,40
Resultado integral				0,00	108.236,40	108.236,40
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	57.379,22	275.475,52	2.024.762,93	108.236,40	2.465.854,07	2.465.854,07
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	57.379,22	275.475,52	2.024.762,93	108.236,40	2.113.901,85	2.465.854,07
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	108.236,40	-108.236,40	0,00	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	36.579,55	36.579,55	36.579,55
Resultado integral				-71.656,85	36.579,55	36.579,55
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	57.379,22	275.475,52	2.132.999,33	36.579,55	2.502.433,62	2.502.433,62

4 – Fluxos de caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		617.473,05	659.463,00
Pagamentos de apoios		-500,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-487.467,55	-453.891,22
Pagamentos ao pessoal		-2.152.498,58	-2.130.355,30
Caixa gerada pelas operações		-2.022.993,08	-1.924.783,52
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		546,41	-318,78
Outros recebimentos / pagamentos		2.041.305,97	1.999.226,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		18.859,30	74.124,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		-77.584,54	-24.840,98
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-311,30	-198,64
Outros ativos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		2.785,89	747,73
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-75.109,95	-24.291,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-104.717,84	-104.258,60
Juros e gastos similares		-493,57	-972,05
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-105.211,41	-105.230,65
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-161.462,06	-55.398,21
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	486.375,41	541.773,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	324.913,35	486.375,41
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-161.462,06	-55.398,21

5 – Anexo às demonstrações financeiras

Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (“SCM Matosinhos”) é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia “corporais e espirituais”, gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);

Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro 2018, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A

reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

Instrumentos financeiros

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal).

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem, nomeadamente, o registo de provisões e perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Juizes de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:
Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2018 e 31.12.2017, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa		
Caixa sede	1.258,18€	1.172,94€
Total	1.258,18€	1.172,94€
Depósitos bancários		
Depósito à ordem	193.655,17€	185.202,47€
Depósito a prazo	130.000,00€	300.000,00€
Total	323.655,17€	485.202,47€
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	324.913,35€	486.375,41€

Ativos intangíveis

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis - outros	Ano 2018		Ano 2017	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
TOTAL	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€

O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

Amortizações do exercício - outros	Ano 2018	Ano 2017
Programas de computador	0,00€	0,00€
TOTAL	0,00€	0,00€

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2018 e em 2017 são os que se seguem:

2018	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-
2017	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2017	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2017	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-

Ativos tangíveis e Propriedades de investimento**Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:****Bases de mensuração:**

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2018	Propriedades de Investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2018	-	3.914.998,59€	535.875,00€	82.007,45€	201.670,65€	134.205,41€	206.627,39€	5.075.384,49€
Adições	15.200,04	-	3.408,73€	24.500,00€	-	10.367,77€	22.263,00€	75.739,54
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	15.200,04	3.914.998,59€	539.283,73€	106.507,45€	201.670,65€	144.573,18€	228.890,39€	5.151.124,03€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2018	-	1.441.410,70€	463.018,59€	80.131,61€	183.977,86€	132.193,25€	-	2.300.732,01€
Adições	1.520,00	52.596,14€	2.116,43€	6.125,00€	1.198,33€	128,59€	-	63.684,49€
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	1.520,00	1.494.006,84€	465.135,02€	86.256,61€	185.176,19€	132.321,84€	-	2.364.416,50€
VALOR LÍQUIDO	13.680,04	2.420.991,75€	74.148,71€	20.250,84€	16.494,46€	12.251,34€	228.890,39€	2.786.707,53€

2017	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2017	-	3.914.998,59€	534.177,03€	82.007,45€	197.900,14€	134.205,41€	187.254,89€	5.050.543,51€
Adições	-	-	1.697,97€	-	3.770,51€	-	19.372,50€	24.840,98€
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-	3.914.998,59€	535.875,00€	82.007,45€	201.670,65€	134.205,41€	206.627,39€	5.075.384,49€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2017	-	1.388.814,56€	461.320,67€	80.131,61€	182.517,31€	131.890,38€	-	2.244.674,53€
Adições	-	52.596,14€	1.697,92€	-	1.460,55€	320,87€	-	56.057,48€
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-	1.441.410,70€	463.018,59€	80.131,61€	183.977,86€	132.193,25€	-	2.300.732,01€
VALOR LÍQUIDO	-	2.473.587,89€	72.856,41€	1.875,84€	17.692,79€	2.012,16€	206.627,39€	2.774.652,48€

Os ativos fixos em curso integram, essencialmente, os gastos associados ao investimento no Lar da terceira idade (227.000 euros).

Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	1.520,00€
Edifícios e outras construções	52.596,14€
Equipamento básico	2.208,37€
Equipamento de transporte	6.125,00€
Equipamento administrativo	1.234,98€
TOTAL	63.684,49€

Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2018	31/12/2017
Propriedades de investimento	1.520,00€	-
Edifícios e outras construções	1.494.006,84€	1.441.410,70€
Equipamento básico	465.135,02€	463.018,59€
Equipamento de transporte	86.256,61€	80.131,61€
Equipamento administrativo	185.176,19€	184.317,38€
Outros ativos tangíveis	132.321,84€	131.853,73€
TOTAL	2.364.416,50€	2.300.732,01€

Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias	24.718,58€	24.197,28€
TOTAL	24.718,58€	24.197,28€

Inventários	31/12/2018	31/12/2017
Cera e artigos religiosos	994,83€	473,53€
Livros e publicações	23.723,75€	23.723,75€
TOTAL	24.718,58€	24.197,28€

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2018	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	24.197,28€	-	24.197,28€
Perdas por imparidade em existência	-	-	-
Compras	2.755,93€	123.577,75€	126.333,68
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
Inventário final	24.718,58€	-	24.718,58€
GASTO DO PERÍODO	2.234,63€	123.577,75€	125.812,38

2017	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	24.241,73€	-	24.241,73€
Perdas por imparidade em existência	-	-	-
Compras	23,99€	123.581,56€	123.605,55
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-
Inventário final	24.197,28€	-	24.197,28€
GASTO DO PERÍODO	68,44€	127.581,56€	127.650,00

Réditos

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.

Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31/12/2018	31/12/2017
Vendas e bens	-	119,60€
Prestações de serviços	610.529,57€	624.117,20€
Juros	2.785,89€	747,73€
TOTAL	613.315,46€	624.984,53€

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No que respeita à “segurança no trabalho” em anos anteriores ocorreram alguns casos litigiosos relacionados com planos de segurança para alguns dos nossos estabelecimentos, que nos levaram à criação de provisão para os respetivos processos judiciais em curso com a ANPC.

Neste exercício ocorreram alguns casos que se encontram em negociação, caso das contraordenações existentes com alguns planos de segurança dos nossos estabelecimentos, que nos levam a manter as provisões existentes, e à criação de uma provisão neste exercício, para acautelar negociações em curso sobre os valores dos respetivos saldos existentes a nosso favor, para um encontro de contas (fornecedor/cliente) com o nosso cliente/fornecedor Uninefro, conforme passamos a indicar no quadro seguinte:

Descrição	Saldo 2017	Constituição	Reversões	Saldo 2018
Processos em curso				
Segurança no trabalho – ANPC	10.000,00€	-	-	10.000,00€
Outras provisões	-	24.616,45€	-	24.616,45€
TOTAL	10.000,00€	24.616,45€	-	34.616,45€

Descrição	Saldo 2016	Utilizações	Reversões	Saldo 2017
Processos em curso				
Pessoal	28.500,00	22.500,00	6.000,00	
Segurança no trabalho - ANPC	10.000,00	-	-	10.000,00€
Lar 3ª idade	46.125,00	-	46.125,00	-
TOTAL	84.625,00	22.500,00	52.125,00	10.000,00€

Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2018, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.330.557,78€
IEFP	Relacionado com rendimentos	1.345,39€
Câmara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	64.293,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	33.623,74€
TOTAL		1.429.819,91€

A 31 de Dezembro de 2017, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.388.814,33€
IEFP	Relacionado com rendimentos	5.381,57€
Câmara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	60.357,75€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	51.524,00€
TOTAL		1.506.077,65€

Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 19 de março de 2019. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2018.

Instrumentos financeiros

Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

Ativos e passivos financeiros**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade**

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2018	2017
	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	105.192,89€	82.672,76€
Créditos a receber inquilinos	9.227,69€	7.993,58€
Créditos a receber utentes	10.270,95€	29.831,25€
Adiantamentos fornecedores	29.258,71€	-
Perdas por imparidade	- 22.627,68€	- 17.482,98€
Créditos a receber	131.322,56€	103.014,61€
Pessoal	-	1.715,61€
Acréscimos de rendimentos	207.116,33€	210.966,00€
Outros ativos correntes	207.116,33€	212.681,61€
Diferimentos	10.766,70€	5.618,79€
TOTAL	349.205,59€	321.315,01€

No período findo em 31 de dezembro de 2018 foi atualizada a imparidade criada para os saldos de clientes e utentes, sendo que a mesma abrange neste momento as dívidas de utentes de 2014 a 2018, no montante de 4.786,40 euros, Irmãos (quotas até 2013) 7.785,00 euros, Unidade de Diagnóstico 4.528,28 euros e os restantes no montante de 5.528,00 euros referem-se aos saldos em aberto de inquilinos.

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, esta rubrica inclui, essencialmente, apoio a receber por parte da Câmara de Matosinhos (60.000 euros) e o apoio relacionado com a compensação salarial (145.320 euros).

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2018	2017
	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Fornecedores	65.781,34€	66.077,88€
Remunerações a liquidar	390.735,09€	500.619,84€
Outros acréscimos de gastos	6.947,41€	14.110,23€
Pessoal - acordos	37.351,08€	-
Credores diversos	2.065,51€	350,18€
Outros passivos correntes	437.099,09€	515.080,25€
TOTAL	502.880,43€	581.158,13€

A rubrica “Remunerações a liquidar” contém os seguintes valores:

Férias e encargos com férias	287.605,28€	299.947,94€
Retroativos a liquidar	103.129,81€	200.671,90€
TOTAL	390.735,09€	500.619,84€

Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	1.674.420,84€	1.738.149,58€
Indemnizações (acordos)	49.073,29€	-€
Encargos sobre remunerações	339.580,74€	351.941,73€
Seguros de acidentes de trabalho	14.019,01€	21.073,95€
Outros	4.562,55€	4.838,30€
TOTAL	2.081.656,43€	2.116.003,56€

Outras informações

Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	339,63€	335,66€
	339,63€	335,66€
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	22.673,38€	23.205,22€
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	72.134,75€	74.335,84€
Outras tributações	65,56€	153,93€
	94.873,69€	97.694,99€

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2018 e 2017 distribuíram-se da seguinte forma:

	2018	2017
Vendas e prestações de serviços		
Mercado interno	610.529,57€	624.236,80€
Mercado externo	-	-
	610.529,57€	624.236,80€

	2018	2017
Mercadorias	-	119,60€
	-	119,60€
Prestações de serviços		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	582.270,15€	593.903,95€
Quotizações e joias	3.972,92€	1.522,25€
Outros	24.286,50€	28.691,00€
	610.529,57€	624.236,80€
	610.529,57€	624.236,80€

Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	17.162,08€	14.359,43€
Serviços especializados: Conservação e reparação	43.384,29€	31.704,02€
Serviços especializados: Honorários	40.952,62€	31.760,35€
Serviços especializados: outros	39.061,37€	40.430,60€
Materiais	13.849,17€	10.309,49€
Energia e fluídos	107.821,50€	108.984,58€
Deslocações, estadas e transportes	1.700,79€	1.312,37€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	24.703,58€	29.476,93€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	662,71€	2.986,23€
Serviços diversos: Comunicação	7.135,11€	8.187,93€
Serviços diversos	23.706,04€	40.482,47€
	320.139,26€	319.994,40€

Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas tem no período de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	2018	2017
Outros gastos e perdas		
Impostos	1.419,93€	3.142,60€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	4.209,54€	-
Quotizações	1.133,00€	840,00€
Custos com apoios financeiros concedidos	500,00€	714,71€
Correções relativas ao período anterior	38.747,57€	60.403,54€
Outros	0,21€	172,67€
	46.010,25€	65.273,52€

Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos tem no período de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	2018	2017
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,82€	201,89€
Rendas e outros rendimentos em propriedade	609.407,82€	588.833,72€
Sinistros	256,83€	80,08€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	20.147,83€	14.329,23€
Correções relativas a períodos anteriores	40.012,79€	21.967,90€
Restituição de impostos	550,38€	495,04€
Juros Obtidos	2.785,89€	747,73€
Outros	341,33€	268,56€
	676.294,58€	626.924,15€

Financiamentos

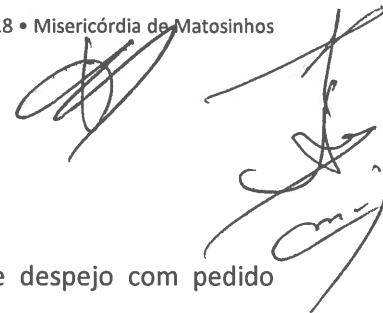
A rubrica Financiamentos tem no período de 2018 e 2017 a seguinte composição:

	2018	2017
Financiamentos		
Bankinter (12anos)	341.467,29€	418.780,65€
Bankinter (10anos)	13.877,61€	41.282,09€
	355.344,90€	460.062,74€
Juros pagos		
Juros de financiamento	493,57€	946,69€
	493,57€	946,69€

	2018	2017
Financiamentos		
Bankinter – corrente	86.126,00€	104.258,60€
Bankinter – não corrente	269.218,90€	355.804,14€
	355.344,90€	460.062,74€

Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registo nº 2908).



Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, encontra-se pendente a Ação especial de despejo com pedido reconvenicional. Valor da ação 83.240 euros. A Mesa, com base na opinião dos advogados, considera que não deverão ocorrer responsabilidades futuras para a Misericórdia decorrentes deste processo.

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

6 – Resultados por valências e outras atividades

ÁREA DE INFÂNCIA - CRECHES

CONTA	DESCRIÇÃO	CRECHE PARAISO	CRECHE C.I.M.	CRECHE BIQUINHA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	14.817,50	14.968,76	10.404,35	40.190,61
62	Fornecimentos e serviços externos	16.614,20	20.483,32	11.940,17	49.037,69
63	Gastos com o pessoal	186.062,37	137.087,35	174.857,90	498.007,62
64	Gastos depreciação e de amortização	781,70	1.357,30	181,56	2.320,56
65	Perdas por imparidade	1.068,56	301,20	306,90	1.676,66
68	Outros gastos e perdas	4.640,74	114,16	10.879,99	15.634,89
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais sem gastos administrativos		223.985,07	174.312,09	208.570,87	606.868,03
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>18.911,54</i>	<i>18.911,54</i>	<i>18.084,15</i>	<i>55.907,23</i>
Total de gastos		242.896,61	193.223,63	226.655,02	662.775,26
72	Prestação de serviços	61.278,52	56.897,70	63.273,20	181.449,42
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	127.012,80	127.012,80	125.259,60	379.285,20
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00
Total sem ganhos administrativos		188.291,32	183.910,50	188.532,80	560.734,62
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>3.386,13</i>	<i>3.386,13</i>	<i>3.238,00</i>	<i>10.010,26</i>
Total de ganhos		191.677,45	187.296,63	191.770,80	570.744,88
Resultado		-51.219,16	-5.927,00	-34.884,22	-92.030,38

ÁREA DE INFÂNCIA - PRÉ-ESCOLAR

CONTA	DESCRIÇÃO	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
		PARAISO	C.I.M.	BIQUINHA	
61	Custo existências vendidas e consumidas	18.521,90	16.839,86	12.716,42	48.078,18
62	Fornecimentos e serviços externos	20.782,94	23.094,31	15.427,48	59.304,73
63	Gastos com o pessoal	336.077,94	364.385,70	213.714,91	914.178,55
64	Gastos depreciação e de amortização	977,12	1.527,00	221,90	2.726,02
65	Perdas por imparidade	1.335,70	338,85	375,10	2.049,65
68	Outros gastos e perdas	5.800,93	683,25	13.297,77	19.781,95
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais sem gastos administrativos		383.496,53	406.868,97	255.753,58	1.046.119,08
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>23.639,42</i>	<i>21.275,48</i>	<i>22.102,85</i>	<i>67.017,75</i>
Total de gastos		407.135,95	428.144,45	277.856,43	1.113.136,83
72	Prestação de serviços	101.372,31	103.931,64	64.452,30	269.756,25
75	Subsídios, doações e legados á exploração	244.315,45	262.273,89	151.403,04	657.992,38
78	Outros rendimentos e ganhos	6.080,93	12.191,51	14.391,19	32.663,63
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00
Total sem ganhos administrativos		351.768,69	378.397,04	230.246,53	960.412,26
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>4.232,67</i>	<i>3.809,40</i>	<i>3.957,53</i>	<i>11.999,60</i>
Total de ganhos		356.001,36	382.206,44	234.204,06	972.411,86
Resultado		-51.134,59	-45.938,01	-43.652,37	-140.724,97

ÁREA DE INFÂNCIA -ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

CONTA	DESCRIÇÃO	A. T. L. PARAISO	A. T. L. C.I.M.	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	3.704,37	5.613,28	9.317,65
62	Fornecimentos e serviços externos	4.153,54	7.681,25	11.834,79
63	Gastos com o pessoal	58.015,71	88.188,05	146.203,76
64	Gastos depreciação e de amortização	195,41	508,97	704,38
65	Perdas por imparidade	267,14	112,95	380,09
68	Outros gastos e perdas	1.160,18	42,81	1.202,99
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00
Totais sem gastos administrativos		67.496,35	102.147,31	169.643,66
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>4.727,88</i>	<i>7.091,82</i>	<i>11.819,70</i>
Total de gastos		72.224,23	109.239,13	181.463,36
72	Prestação de serviços	26.148,30	58.848,10	84.996,40
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	14.142,96	21.758,40	35.901,36
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
Total sem ganhos administrativos		40.291,26	80.606,50	120.897,76
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>846,53</i>	<i>1.269,80</i>	<i>2.116,33</i>
Total de ganhos		41.137,79	81.876,30	123.014,09
Resultado		-31.086,44	-27.362,83	-58.449,27

ÁREAS DE JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE

CONTA	DESCRIÇÃO	INTERNATO	CENTRO	TOTAL
		CRIANÇAS E JOVENS	DE DIA	
61	Custo existências vendidas e consumidas	23.237,09	3.841,98	27.079,07
62	Fornecimentos e serviços externos	42.602,43	9.519,54	52.121,97
63	Gastos com o pessoal	221.908,70	43.109,00	265.017,70
64	Gastos depreciação e de amortização	1.487,51	1.275,68	2.763,19
65	Perdas por imparidade	0,00	680,00	680,00
68	Outros gastos e perdas	2.073,76	928,48	3.002,24
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00
Totais sem gastos administrativos		291.309,49	59.354,68	350.664,17
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>59.098,55</i>	<i>14.183,65</i>	<i>73.282,20</i>
Total de gastos		350.408,04	73.538,33	423.946,37
72	Prestação de serviços	0,00	46.068,08	46.068,08
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	310.832,10	27.306,00	338.138,10
78	Outros rendimentos e ganhos	2.918,88	0,00	2.918,88
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00
Total sem ganhos administrativos		313.750,98	73.374,08	387.125,06
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>10.581,66</i>	<i>2.539,60</i>	<i>13.121,26</i>
Total de ganhos		324.332,64	75.913,68	400.246,32
Resultado		-26.075,40	2.375,35	-23.700,05

OUTRAS ATIVIDADES

CONTA	DESCRIÇÃO	CASA MORTUÁRIA	MUSEU	CULTO	SAÚDE U.DIAGNÓSTICO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00	6.626,33	1.112,67	0,00	7.739,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1.332,95	0,00	226,18	40.722,84	42.281,97
63	Gastos com o pessoal	0,00	0,00	0,00	55.616,72	55.616,72
64	Gastos depreciação e de amortização	93,00	1.707,07	0,00	41.288,25	43.088,32
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	4.528,28	4.528,28
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00	628,12	628,12
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00	0,00	461,33	461,33
Totais sem gastos administrativos		1.425,95	8.333,40	1.338,85	143.245,54	154.343,74
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>2.363,94</i>	<i>2.363,94</i>	<i>2.363,94</i>	<i>9.455,77</i>	<i>16.547,59</i>
Total de gastos		3.789,89	10.697,34	3.702,79	152.701,31	170.891,33
72	Prestação de serviços	3.936,50	0,00	0,00	20.350,00	24.286,50
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	0,00	828,28	1.191,75	0,00	2.020,03
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	0,00	75.609,09	75.609,09
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total sem ganhos administrativos		3.936,50	828,28	1.191,75	95.959,09	101.915,62
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>423,27</i>	<i>423,27</i>	<i>423,27</i>	<i>1.693,17</i>	<i>2.962,98</i>
Total de ganhos		4.359,77	1.251,55	1.615,02	97.652,26	104.878,60
Resultado		569,88	-9.445,79	-2.087,77	-55.049,05	-66.012,73

GESTÃO PATRIMONIAL

CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	12.892,39
63	Gastos com o pessoal	73.528,67
64	Gastos depreciação e de amortização	4.442,14
65	Perdas por imparidade	552,00
67	Provisões do período	24.616,45
68	Outros gastos e perdas	0,00
69	Gastos e perdas de financiamentos	0,00
Totais sem gastos administrativos		116.031,65
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>11.819,71</i>
Total de gastos		127.851,36
72	Prestação de serviços	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	543.232,10
79	Juros, e outros rendimentos similares	0,00
Total sem ganhos administrativos		543.232,10
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>2.116,21</i>
Total de ganhos		545.348,31
Resultado		417.496,95

GASTOS E GANHOS ADMINISTRATIVOS

CONTA	DESCRIÇÃO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	34,20
62	Fornecimentos e serviços externos	86.039,39
63	Gastos com o pessoal	129.103,41
64	Gastos depreciação e de amortização	7.639,88
65	Perdas por imparidade	7.785,00
67	Provisões do período	5.760,06
68	Outros gastos e perdas	0,00
69	Gastos e perdas de financiamentos	32,24
Totais sem gastos administrativos		236.394,18
<i>Imputação de gastos administrativos</i>		<i>-236.394,18</i>
Total de gastos		0,00
72	Prestação de serviços	3.972,92
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	16.482,84
78	Outros rendimentos e ganhos	19.084,99
79	Juros, e outros rendimentos similares	2.785,89
Total sem ganhos administrativos		42.326,64
<i>Imputação de ganhos administrativos</i>		<i>-42.326,64</i>
Total de ganhos		0,00
Resultado		0,00

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.490.149 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.502.434 euros, incluindo um resultado líquido de 36.580 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Considerando que se encontra em curso por parte da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos a análise da rubrica de ativos fixos tangíveis com vista a efetuar a inventariação física daqueles bens bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos, não se encontram reunidas as condições que nos permitam aferir da razoabilidade do montante daquela rubrica incluída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017. Acresce a esta análise a necessidade de identificação e avaliação da totalidade dos bens imóveis de modo a que seja possível efetuar o respetivo registo contabilístico de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de

à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

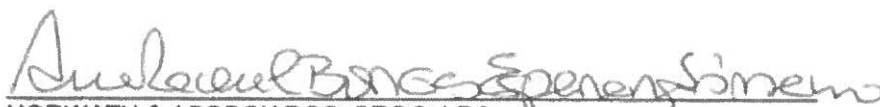
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 21 de março de 2019



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E DEZOITO PARECER DO DEFINITÓRIO

Aos vinte dias do mês de Março de dois mil e dezanove, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Dr. José Carlos Monteiro, e do vogal, Prof. António Cunha e Silva, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Actividades de dois mil e dezoito, que mereceram os seguintes pareceres:.....

Ponto 1 – O Definitório aprova as contas e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e dezoito, tal como lhe foram apresentadas, que se traduzem num lucro de trinta e seis mil quinhentos e setenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos, facto que, por comparação com o ano anterior, representa uma redução significativa do resultado apurado, cuja razão se prende com a diminuição das receitas, que apesar dos esforços desenvolvidos, não foram passíveis de compensação ao nível das despesas. Não obstante, não deixa de voltar a sublinhar as omissões de alguns registos nas contas de dois mil e dezoito e anos anteriores, e no seu possível efeito futuro nos resultados, em particular no que respeita à valorização do património imobiliário;.....

Ponto 2 – Regista também com apreço o desenvolvimento da atividade da instituição, nas suas múltiplas facetas, não deixando, contudo, de voltar a apelar para a resolução urgente dos problemas verificados no Centro de Diagnóstico, quer quanto à rentabilização do espaço, quer quanto aos acordos assinados com os prestadores de serviços de saúde;.....

Ponto 3 – Chama ainda a atenção para os resultados negativos de quase todas as valências, excepção feita ao Centro de dia, à Casa Mortuária e, principalmente, à Gestão Patrimonial;.....

Ponto 4 – O Definitório vê ainda com preocupação o fraco rendimento das aplicações financeiras da Instituição, fruto das baixas taxas de juro prevalecentes no mercado de



IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

capitais, entendendo que se deve procurar emprego alternativo para as disponibilidades financeiras;.....

Ponto 5 – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na racionalização de custos, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano.

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

José Carlos Monteiro

O Vogal

António Azevedo Cunha e Silva